



Para além dos fundos públicos: diversificar o financiamento para o restauro de zonas húmidas

MENSAGENS PRINCIPAIS

- O défice global de financiamento para a conservação e restauro de ecossistemas, incluindo as zonas húmidas, exige a implementação de novos mecanismos financeiros que englobem os esforços de investimento público e privado.
- O trabalho de investigação do projeto RESTORE-4Cs do programa Horizonte Europa da UE mostra que, embora o sector público normalmente financie os custos de capital do restauro de zonas húmidas costeiras, garantir um financiamento estável e a longo prazo para a gestão e manutenção continua a ser um grande desafio.
- Os instrumentos de financiamento misto (*blended finance*) podem ajudar a alinhar o capital privado de instituições financeiras, investidores de impacto e outras partes interessadas com as prioridades públicas e os quadros de políticas.
- O papel que os decisores políticos podem desempenhar no incentivo ao investimento privado inclui: redução do risco de investimento; criação de um mercado para os serviços de ecossistema; aplicação de incentivos financeiros; e melhoria da integração das zonas húmidas e de políticas naturais mais amplas, reforçando simultaneamente o planeamento a longo prazo.

O RESTORE4Cs é um projeto do Horizonte Europa que visa avaliar os efeitos das ações de restauro na capacidade das zonas húmidas mitigarem as alterações climáticas e prestarem um conjunto de serviços ecossistémicos, utilizando uma abordagem integrativa dos sistemas socioecológicos. Mais informações disponíveis em: <https://www.restore4cs.eu/>

Introdução e contexto político

As zonas húmidas prestam serviços de ecossistema fundamentais, incluindo água potável, produção de alimentos, proteção contra inundações e armazenamento de carbono, representando mais de 7,5% do PIB mundial, apesar de cobrirem apenas 6% da superfície da Terra¹. Este valor seria ainda mais elevado se fossem contabilizados os benefícios indiretos de ecossistemas bem mantidos. Apesar da sua importância ambiental e da sua importância crítica para o bem-estar humano, todos os anos se perdem 0,52% das zonas húmidas a nível mundial. Esta situação resulta de uma significativa falta de financiamento para a sua conservação e restauro e contribui para minar os esforços de combate às alterações climáticas e à perda de biodiversidade¹. De acordo com o **Global Wetland Outlook 2025**, as zonas húmidas recebem apenas uma pequena parte do financiamento global para soluções baseadas na natureza e ações climáticas, com menos de 9% atribuídos aos ecossistemas de água doce¹. Por conseguinte, as zonas húmidas continuam a ser negligenciadas nos orçamentos, aumentando uma lacuna que não é apenas financeira, mas também de prioridade nas agendas políticas.

Para colmatar o défice de financiamento da conservação e restauro, é necessário aumentar os investimentos em ações positivas para a natureza e redirecionar os investimentos prejudiciais para projetos que atenuem os danos e proporcionem benefícios ambientais paralelos¹. Isto está de acordo com vários quadros de política sobre o assunto:

- A nível global, o **Quadro Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal**², que estabelece entre os seus objetivos: a Meta 18, que apela à reforma dos subsídios prejudiciais, e a Meta 19, que salienta que as finanças públicas, embora importantes, são insuficientes para colmatar o défice de financiamento da biodiversidade e atingir o objetivo de inverter a perda de natureza.

- A nível da UE, os quadros de política mais relevantes incluem o **Regulamento relativo ao Restauro da Natureza da UE**³, que estabelece objetivos vinculativos de restauro para ecossistemas degradados, incluindo zonas húmidas, e prevê iniciativas para estimular e mobilizar o financiamento privado, como o programa InvestEU.
- A **Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030**⁴, que reconhece que o combate à perda de biodiversidade exigirá investimentos públicos e privados significativos, tanto a nível nacional como europeu, e apela a uma melhor mobilização desses recursos.
- Por último, o recente **Roteiro para os Créditos da Natureza**⁵ lançado pela Comissão Europeia para "incentivar os investimentos privados em ações que protejam e preservem a natureza e recompensar aqueles que realizam essas ações e investem nelas".

Há uma necessidade crescente de mecanismos de colaboração para quebrar a dependência excessiva dos fundos públicos para financiar a ação climática e atrair capital privado. Isto implicará uma grande mudança no atual financiamento da conservação e restauro das zonas húmidas.

Este resumo de políticas explora o papel dos decisores políticos para apoiar a mudança para um papel mais importante do financiamento privado para o bem-estar do ecossistema das zonas húmidas.



1. Práticas atuais de financiamento da restauração de zonas húmidas nos estudos de caso RESTORE4Cs na Europa

Os subsídios sob a forma de transferências públicas, assistência oficial ao desenvolvimento, filantropia privada ou subsídios individuais continuam a ser os instrumentos financeiros mais frequentemente utilizados na conservação e restauração de zonas húmidas. O trabalho de investigação RESTORE4Cs sobre estudos de caso selecionados de restauração de zonas húmidas costeiras – Marjal dels Moros em Espanha, Petit Badon e Le Cassaire em França, Carasuhat na Roménia e Rammegors nos Países Baixos – confirmou esta prática na obtenção de fundos de investimento (ver exemplo na Caixa 1).

Nos cinco estudos de caso analisados no RESTORE4Cs, os custos de capital para o restauração são financiados frequentemente através de fundos da UE ou financiamento nacional. Estes custos envolvem normalmente grandes investimentos pontuais, como terraplanagens ou infraestruturas de controlo da água, como diques e bombas. No entanto, os custos recorrentes continuam a ser largamente ignorados e são frequentemente subfinanciados. Os custos recorrentes envolvem manutenção, monitorização, elaboração de regulamentação, gestão adaptativa (por exemplo, para controlar espécies invasoras), educação e divulgação. Na maioria dos estudos de caso de restauração que dependem exclusivamente de fundos públicos,

a ausência de planos financeiros estruturados a longo prazo limita o potencial de expansão dos esforços de restauração.

RESTAURAÇÃO DE PÂNTANOS DE ÁGUA SALGADA E LODAÇAIS EM RAMMEGORS, PAÍSES BAIXOS

RRammegors é uma reserva natural no delta do sudoeste dos Países Baixos, que faz parte da rede Natura 2000 e do sítio Ramsar. Em 2010, o acesso da água das marés a Rammegors, que tinha sido suspenso desde 1970, foi reintroduzido através da construção de uma galeria hidráulica com comporta. Isto permitiu o restauração de 145 hectares de pântanos de água salgada e lodaçais, restabelecendo um ecossistema salino. Este caso mostra como os departamentos governamentais de diferentes áreas de intervenção colaboraram com êxito na conceção e no financiamento do custo único da infraestrutura através de fundos públicos. No entanto, o declínio dos fundos de manutenção está a complicar a gestão diária do local, tornando necessário explorar fontes de financiamento alternativas e de longo prazo para continuar a trabalhar no restauração.

2. Papel potencial do financiamento privado e seus desafios

Os programas de financiamento público são frequentemente de curto prazo (por exemplo, programas da UE), enquanto os fundos nacionais dependem de prioridades políticas variáveis e são mal coordenados. Por conseguinte, as organizações multilaterais, os governos nacionais e as agências públicas precisam de utilizar cada vez mais instrumentos de financiamento misto, combinando fundos públicos e privados. Tal permitiria assegurar um financiamento em grande escala, maximizando simultaneamente a eficiência dos escassos recursos públicos.

Os fornecedores de financiamento misto, incluindo instituições financeiras, investidores de impacto e outras partes interessadas, po-

dem enfrentar desafios para encontrar oportunidades viáveis de investimento em zonas húmidas⁶ que se alinhem com os seus perfis de risco e custos de participação (por exemplo, financiamento verde, créditos da natureza, pagamentos por serviços de ecossistema, incentivos fiscais)⁶. Os projetos de recuperação de ecossistemas, incluindo zonas húmidas, podem ser arriscados do ponto de vista do investidor privado, dada a natureza da atividade, os riscos políticos, a fraca governação e a incerteza quanto à taxa de retorno, o que pode desencorajar os investidores⁷. O sector público pode criar um ambiente propício, fornecendo incentivos à conservação e apoiando o desenvolvimento de novos fluxos de receitas⁸.

3. Recomendações políticas: oportunidades para os atores públicos alavancarem o financiamento privado

Os decisores políticos a todos os níveis têm um papel fundamental a desempenhar para acelerar a ação de proteção e restauro das zonas húmidas na Europa através da alavancagem financeira do financiamento privado. As principais recomendações incluem:

a. Reduzir os riscos de investimento

- Sensibilizar para o valor natural e socioeconómico das zonas húmidas, a fim de contribuir para que a sua conservação e restauro se tornem uma prioridade política e para incentivar a adesão da população em geral.
- Desenvolver instrumentos juridicamente vinculativos para ampliar o restauro dos ecossistemas, através de quadros regulamentares estáveis e transparentes, para dar aos investidores segurança a longo prazo.
- Estabelecer objetivos ambiciosos e mensuráveis para o restauro de zonas húmidas, prazos precisos, critérios sólidos de monitorização e avaliação, e financiamento suficiente.
- Conceber esquemas de financiamento misto que incorporem garantias e mecanismos de partilha de riscos (por exemplo, garantias parciais de crédito ou capital de primeira perda) para proteger os investidores, utilizando simultaneamente o cofinanciamento público-privado para sinalizar a confiança nos projetos e aumentar o impacto financeiro.

b. Criar e reforçar os mercados de serviços de ecossistema

- Criar e apoiar esquemas de Pagamento por Serviços de Ecossistema (PES), em que os proprietários de terras são compensados pela conservação ou restauro de zonas húmidas.
- Desenvolver um sistema de créditos fiável (por exemplo, créditos de carbono, nutrientes ou biodiversidade), apoiado por regulamentos governamentais, que se ligue a resultados mensuráveis dos ecossistemas e proporcione benefícios claros e adicionais para a natureza.

- Desenvolver sistemas de certificação e rotulagem que permitam aos consumidores e às empresas pagar um prémio por produtos ou serviços provenientes de zonas húmidas que produzam benefícios ambientais para-los ou reduzam os impactos negativos.

c. Oferecer incentivos financeiros

- Isenções ou deduções fiscais para quem participa em mecanismos de financiamento para o restauro de ecossistemas de zonas húmidas.
- Empréstimos concessionais com taxas de juro mais baixas para projetos de restauro ou conservação. Diminuir os subsídios e o financiamento dos sectores que têm impactos negativos nos ecossistemas, reduzindo assim o fosso financeiro.

d. Integrar as zonas húmidas em políticas e planos mais amplos

- Formular planos políticos a longo prazo para o restauro que limitem a dependência de prioridades políticas a curto prazo que possam redirecionar o capital com base em agendas em evolução.
- Promover o envolvimento das autoridades locais e a apropriação ativa da gestão das zonas húmidas pelas comunidades locais para garantir que está firmemente enraizada no contexto local.
- Reforçar as sinergias entre os sectores políticos, reconhecendo a contribuição das zonas húmidas para diversos objetivos – biodiversidade, clima, qualidade da água, saúde e neutralidade da degradação dos solos – e alinhando-os com os quadros globais e regionais existentes, tais como os ODS, o Quadro Global de Biodiversidade, o Acordo de Paris, a Convenção Ramsar, e o Acordo Verde da UE.

Referência

1. Convention on Wetlands *et al. Global Wetland Outlook 2025: Valuing, Conserving, Restoring and Financing Wetlands*. <https://www.global-wetland-outlook.ramsar.org/> (2025) doi:10.69556/GWO-2025-eng.
2. Convention on Biological Diversity. *Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework*. CBD/COP/DEC/15/4 1-15 (Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2024).
3. European Commission. Regulation (EU) 2024/1991 of the European Parliament and of the Council of 24 June 2024 on nature restoration and amending Regulation (EU) 2022/869. (2024).
4. European Commission. EU Biodiversity Strategy for 2030. (2020).
5. European Commission. *Roadmap towards Nature Credits*. COM(2025) 374 final (2025).
6. Wattel, C. *et al. Finance for Low-Emission Food Systems – Six Financial Instruments with Country Examples*. (2024).
7. Alpizar, F. *et al. Review of Business and Finance Models and Market Demand (D4.1)*. (2022).
8. Chausson, A. *et al. Going beyond market-based mechanisms to finance nature-based solutions and foster sustainable futures*. PLOS Clim. 2, e0000169 (2023).

Autores: Elisa Ciravegna¹

Revisores: Volkert Beekman¹, Justine Raoult¹, Nico Polman¹, Auriane Bodivit², Ana Štrbenac³, Eleftheria Kampa⁴

¹ Investigaçāo socioeconómica de Wageningen, ² Vertigo Lab, ³ MedWet, França, ⁴ Ecologic Institute, Alemanha

Referência: Ciravegna, E., 2025. Para além dos fundos públicos: diversificar o financiamento para o restauro de zonas húmidas. Nota de Política. *Restore4Cs project*.



PARCEIROS

